

PT não consegue aprovar o fim do voto secreto

Oposição votou contra medida mas governo conseguiu desobstruir pauta do Senado e aprovar MP sobre dívida de ruralistas

Isabel Braga e Cristiana Lôbo

• BRASÍLIA. Por um descuido dos líderes da base, os governistas sofreram nova derrota ontem no Senado, com a rejeição da emenda constitucional que acabava com o voto secreto em sessões do Congresso, de autoria do líder do PT, Tião Viana (AC). A emenda conseguiu 34 votos, mas são necessários 49 para aprovação. Quarenta e um senadores votaram contra e três se abstiveram. Entre eles, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), acusado de envolvimento no esquema de escuta telefônica ilegal na Bahia.

Mas o PT também conseguiu uma vitória. Com o aval do PMDB, foi votada e aprovada a medida provisória que renegocia as dívidas do setor rural, que estava obstruindo a pauta. Na véspera, o PMDB atendera ao apelo do PFL para adiar em 24 horas a votação, marcada para quarta-feira.

Heloísa retira emendas para facilitar acordo

Para facilitar a aprovação, Heloísa Helena (PT-AL) retirou suas emendas que tratavam do crédito para pequenos produtores. O relator Jonas Pinheiro (PFL-MT) também con-



Gustavo Miranda

cordou em deixar para uma futura medida provisória o crédito dos grandes produtores com dívidas a partir de R\$ 200 mil. No fim da votação, todos os partidos estavam cantando vitória. O PSDB acredita que conseguiu dar uma lição ao PT de que para se votar é preciso antes haver entendimento.

— A oposição demarcou seu campo, mas não faltou com a governabilidade. Governante tem que saber criar clima para votação — disse o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Relator da emenda sobre o voto secreto, o ex-senador José Eduardo Dutra, hoje presidente da Petrobras, estranhou o fato de a proposta ter sido posta em votação numa quinta-feira, quando o comparecimento é mais baixo:

— Não acredito! A emenda foi rejeitada? Mas colocar uma proposta de emenda constitucional para ser votada numa quinta-feira de manhã é a crônica da morte anunciada!

A proposta inicial de Tião estabelecia apenas o fim das

votações secretas nas decisões sobre perda de mandato para deputados e senadores. O relator ampliou a medida, proibindo sessões secretas em qualquer tipo de votação no Congresso.

Candidatas a Miss Brasil visitam senadores

Em meio às votações, os senadores formaram fila para cumprimentar as misses eleitas nos estados que vão disputar o título de Miss Brasil e que ontem visitaram o Congresso. ■